

**HABEAS CORPUS Nº 539.199 - SP (2019/0306827-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : GILBERTO ANTONIO LUIZ  
**ADVOGADO** : GILBERTO ANTÔNIO LUIZ - SP076663  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOAO JOSE DE FREITAS  
**PACIENTE** : SIDNEI JOSE DE FREITAS  
**PACIENTE** : EDEMIR JOSE DE SOUZA  
**PACIENTE** : UBALDO LUIZ DE GODOY (PRESO)  
**PACIENTE** : RONE EDSON MASTELARI  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de **JOAO JOSE DE FREITAS, SIDNEI JOSE DE FREITAS, EDEMIR JOSE DE SOUZA, UBALDO LUIZ DE GODOY** e **RONE EDSON MASTELARI** contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça o Estado de São Paulo**.

**JOÃO JOSÉ DE FREITAS, SIDNEY JOSÉ DE FREITAS** e **EDEMIR JOSÉ DE SOUZA** foram condenados às penas de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime aberto, sendo substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, como incursos, por trinta e cinco vezes, nas sanções do art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67; **RONE EDSON MASTELARIA** foi condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão, em regime aberto, sendo substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, como incurso nas sanções do art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67; e **UBALDO LUIZ DE GODOY** foi condenado à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime aberto, sendo substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, como incurso, por oito vezes, nas sanções do art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67.

Irresignados, a defesa e a acusação interpuseram recurso de apelação ao Tribunal de origem, que deu parcial provimento somente ao apelo ministerial,

para aumentar as sanções ao patamar de 03 (três) anos de reclusão, em regime semiaberto, em relação à **RONE EDSON MASTELARI**; em 05 (cinco) anos de reclusão, em regime semiaberto, para **JOÃO JOSÉ DE FREITAS, SIDNEY JOSÉ DE FREITAS** e **EDEMIR JOSÉ DE SOUZA**; e em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime semiaberto, para **UBALDO LUIZ DE GODOY**, nos termos do acórdão juntados às fls. 103-131, com a seguinte ementa:

*"CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO - APROPRIAÇÃO E DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO EM PROVEITO PRÓPRIO OU ALHEIO - Preliminares de inépcia da denúncia e ausência de exame de corpo de delito rejeitadas - Materialidade e autoria comprovadas - Condenação mantida. PENA E REGIME PRISIONAL - Recurso ministerial - Exasperação das reprimendas em face das conseqüências do crime - Substituição da privativa de liberdade insuficiente para a reprovação da conduta criminosa - Regime prisional inicial diverso do aberto - Apelo provido em parte."*

A defesa ainda impetrou **habeas corpus** ao Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão juntado às fls. 294-305, com a seguinte ementa:

*"HABEAS CORPUS - Prescrição de pretensão punitiva – Acórdão que majora a pena dos pacientes interrompe o prazo prescricional - Não há que se falar em inércia do Estado pelo decurso do tempo, ratio legis da prescrição penal - Ordem denegada."*

No presente **writ**, o impetrante sustenta a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, em razão do transcurso de mais de 08 (oito) anos entre a data da publicação da sentença condenatória e o presente momento.

Requer, ao final, o deferimento do pedido, para reconsiderar o pedido liminar e determinar que os pacientes aguardem em liberdade o julgamento do presente **writ** (fls. 3-31).

O pedido liminar foi concedido (fls. 437-440).

As informações foram prestadas às fls. 464-465.

O Ministério Público Federal, às fls. 456-458, manifestou-se nos

termos da seguinte ementa:

*"HABEAS CORPUS. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. ART. 1º, I, DO DL 201/67. APROPRIAÇÃO E DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO EM PROVEITO PRÓPRIO OU ALHEIO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INOCORRÊNCIA. INTERRUÇÃO DO PRAZO PELO ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. ENTENDIMENTO DO STF. Pela denegação da ordem."*

É o relatório. Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **writ**.

Sustenta o impetrante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, em razão do transcurso de mais de 08 (oito) anos entre a data da publicação da sentença condenatória e o presente momento.

No presente caso, extraindo-se o aumento referente à continuidade delitiva dos crimes (súmula 497/STF), as penas foram fixadas aos pacientes em 03 (três) anos de reclusão, subsumindo, portanto, a prescrição ao prazo de 08 (oito) anos, nos termos do art. 109, inciso IV, do Código Penal.

Nesse cenário, considerando o transcurso de mais de 08 (oito) anos entre a data de publicação da sentença condenatória (14/10/2009) e o início de cumprimento das penas (29/08/2019 - fls. 261), denota-se que o prazo prescricional da pretensão punitiva foi alcançado, nos termos do art. 109, inciso IV, do Código Penal.

Insta consignar que a Corte Especial deste Tribunal Superior, no julgamento do AgRg no RE nos EDcl no REsp n. 1.301.820/RJ, de relatoria do Ministro **Humberto Martins**, **assentou o entendimento de que o acórdão**

**confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional, ainda que modifique a pena fixada, nos termos descritos no artigo 117, inciso IV do Código Penal.**

Sobre o tema:

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. TRANSCURSO DO LAPSO PRESCRICIONAL. ACÓRDÃO QUE MANTEVE A SENTENÇA CONDENATÓRIA. CAUSA INTERRUPTIVA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça entende que '[n]os termos do art. 117 do Código Penal, o prazo prescricional interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. O acórdão que confirma a condenação, mas majora ou reduz a pena, não constitui novo marco interruptivo da prescrição' (AgRg no RE nos EDcl no REsp n. 1.301.820/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 24/11/2016) (AgRg no AgRg no AREsp 989.408/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 21/3/2018). 2. Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1666622/PB, Quinta Turma, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 11/02/2019).*

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus**. Todavia, **concedo a ordem de ofício**, para declarar a extinção da punibilidade dos pacientes, referente às sanções do art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67, pelo implemento da prescrição da pretensão punitiva nos termos do art. 109, inciso IV, e artigo 117, ambos do Código Penal.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator